

# A psicanálise como um lugar de fala e a condição psíquica da mulher negra brasileira<sup>1</sup>

Cláudia Aparecida Carneiro<sup>2</sup>, Maria Elizabeth Mori<sup>3</sup>, Brasília

Resumo: Este trabalho propõe pensar, no contexto psicanalítico, o lugar de fala da mulher negra brasileira, tendo como pano de fundo a invisibilidade a que essas mulheres foram submetidas historicamente por um sistema escravagista dominante que as impediu de serem reconhecidas como sujeitos. As autoras discutem as implicações psíquicas do racismo na construção da subjetividade dessas mulheres, refletindo sobre as significações do corpo negro e o impacto da dupla negação da mulher negra como sujeito – nem branca, nem homem –, o que a coloca no lugar de *o outro do outro*, termo sugerido por Kilomba (2012). Consideram que a psicanálise deve levar em conta o impacto da localização social (que inclui elementos da estrutura social) da mulher negra sobre os processos subjetivos, pois o sujeito da psicanálise é um ser de cultura, inscrito em um período histórico e em uma sociedade. Nós, psicanalistas, falamos de qual lugar? Do lugar de uma branquitude, de uma negritude? Nascida em Viena, portanto, eurocentrada, a psicanálise que realizamos leva em contas as questões raciais que predominam no nosso modo de ser e estar no Brasil? As autoras propõem que o lugar de fala e de escuta do/a psicanalista implica não “universalizar” o sujeito do inconsciente, mas considerar um sujeito atravessado pela sua experiência em seu *locus* social, ou seja, constituído a partir de suas experiências subjetivas referentes à raça, classe, gênero e sexualidade.

Palavras-Chaves: corpo negro, mulher, racismo, subjetividade.

---

1. Este trabalho foi apresentado, em versão reduzida, no IV Congresso de Psicanálise em Língua Portuguesa “Rotas da Escravidão”, em Cabo Verde, em novembro de 2018, sob o título “Rotas da escravidão da mulher negra brasileira: lugares de fala”; um resumo foi publicado no Jornal Associação Livre da Sociedade de Psicanálise de Brasília, edição XIX, dez.2018.

2. Psicanalista, psicóloga, jornalista, Mestre em Psicologia Clínica e Cultura, membro associado da Sociedade de Psicanálise de Brasília.

3. Psicanalista, psicóloga, Mestre em Psicologia Clínica e Cultura, membro associado da Sociedade de Psicanálise de Brasília, membro do Coletivo Psicanálise na Rua.

O racismo produz sofrimento psíquico. A mulher negra sofre uma dupla opressão: por ser negra em uma sociedade racista e por ser mulher em uma sociedade machista, que discrimina mulheres. Este trabalho propõe pensar a questão do racismo e as implicações psíquicas da posição que a mulher negra ocupa na sociedade brasileira, e refletir sobre as resistências e dificuldades por parte dos psicanalistas de entrarem em contato com a dimensão psíquica do racismo.

Tomamos algumas ideias psicanalíticas sobre as significações do corpo negro e buscamos referenciais históricos e socioculturais para um diálogo com outros campos, como o feminismo negro e os movimentos sociais. Recorremos a conceitos emprestados desses saberes para discutir a invisibilidade a que as mulheres negras foram submetidas historicamente, por um sistema escravagista dominante, que as impediu de serem reconhecidas como sujeitos.

Pretendemos com isso refletir sobre o lugar de fala dessas mulheres e a capacidade de escuta do psicanalista, implicado em seu próprio lugar de fala, para reconhecer nesse outro um sujeito único, sim, mas constituído a partir de suas experiências subjetivas em sua localização social. Portanto, um sujeito atravessado pelas experiências referentes à raça, classe, gênero e sexualidade.

Fala-se que o inconsciente não tem cor. Mas a cor da pele negra está evidentemente representada como uma forte impressão psíquica, traumática, pois está associada a aspectos históricos, políticos, econômicos, que poderia ser definida também como um “*apartheid* psíquico”, tomando a expressão precisa usada pela psicanalista Isildinha Baptista Nogueira (2017). Para sermos mais exatas com a ideia do “lugar de fala” que queremos abordar, recorremos ao depoimento da própria Isildinha, psicanalista negra e estudiosa das questões raciais nas práticas psi. No livro *O racismo e o negro no Brasil - questões para a psicanálise* (2017), Isildinha afirma:

*Nós, os negros, vivemos uma segregação silenciosa, o que durante muito tempo funcionou como se tivéssemos um sentimento*

*persecutório, uma vez que o preconceito era negado. Sentíamos uma perseguição sem razão. Isso vem mudando, atualmente, já que parece existir uma disposição maior da comunidade científica e da sociedade de expor a crueldade de um sistema que se diz “não racista”, mas que ainda conserva e mantém atitudes racistas. O negro pode ser consciente de sua condição, das implicações histórico-políticas do racismo, mas isso não impede que ele seja afetado pelas marcas que a realidade sociocultural do racismo deixou inscritas em sua psique (Nogueira, 2017, p. 122).*

A autora alerta para o fato de que as condições socioeconômicas e a ideologia moldam as estruturas psíquicas de homens e mulheres, mas esse processo não é imediatamente verificável. Estas estruturas psíquicas são, mais precisamente, *contaminadas* pelas condições objetivas (realidade externa) as quais são assimiladas e introjetadas na psique. É o processo de identificação, em que a pessoa assimila parte mais ou menos importante de sua personalidade à de um outro, amado ou odiado, ou amado e odiado simultaneamente. O sujeito se identifica com um traço do objeto, o qual se repete ao longo de sua história e o representa (Freud, 1921).

Em sua tese de doutorado “Significações do Corpo Negro” (USP, 1998), Isildinha Nogueira investiga a dimensão psíquica do racismo e parte da hipótese de que a realidade histórico-social determina para os negros arranjos psíquicos peculiares. Ou seja, essas inscrições psíquicas não resultam simplesmente das experiências de discriminação que são de fato vivenciadas, mas se constituem na infância, nos momentos primeiros da constituição subjetiva, e afetam os negros independentemente de sua posição econômico-social (Nogueira, 1998).

Nesse sentido, a pesquisadora define a condição do negro como um produto de uma combinação entre as representações sociais ideologicamente construídas a partir das estruturas socioeconômicas que as produziram e as mantêm, de um lado, e as configurações do mundo psíquico, de outro

lado. Isso ocorre de um modo que nem a consciência desta condição, ou engajamento da pessoa negra como sujeito político são suficientes para modificá-la. Pois, segundo a autora, “os sentidos do racismo, inscritos na psique, permanecem não elaborados” (Nogueira, 1998, p. 8).

### Rotas da escravidão e racismo no Brasil

Para entendermos como se dá a “contaminação das estruturas psíquicas de mulheres e homens negros pelas condições objetivas”, temos que nos voltar para as condições socioeconômicas e as representações ideológicas produzidas historicamente em nossa cultura brasileira. Pensamos, como a autora, que cada contexto histórico gera a estrutura psíquica necessária para sua manutenção e que os efeitos perversos do racismo vão além dos efeitos socialmente perversos e manifestos.

Os negros chegaram ao Brasil na segunda metade do século XVI, transportados para trabalho escravo nas fazendas, vindos de várias regiões do continente africano. Com línguas, culturas, tradições e religiões diversas que dificultavam a comunicação, a população negra submeteu-se à escravidão num meio geográfico e cultural desconhecido. Nesse processo de transculturação foram destituídos de sua condição humana, pela brutalização das condições de cativeiro a que foram submetidos. Perderam suas identidades originais e uma nova identidade negra se constituiu: nova existência e novas formas de resistência.

A promulgação da Lei Áurea em 1888 não os libertou da condição de escravos, pois não os inseriu na sociedade. A substituição da mão de obra pelos imigrantes europeus teve como consequência a falta de remuneração para seu autossustento, o que os levou ao trabalho doméstico em troca de comida e algum lugar pra dormir. Foram excluídos e impedidos de desfrutarem de qualquer benefício social. Ao contrário, foram relegados a um *não-lugar social*, marginalizados e marcados pela cor que os diferenciava, *objeto de uso do outro* – uma identidade que não corresponderá a um lugar de sujeito, mas de assujeitado ao outro.

No documentário *A última abolição*, da diretora Alice Gomes (Globo Filmes, 2018), a história do Brasil, último país ocidental a abolir a escravidão, é mostrada pelo vértice dos movimentos abolicionistas, a resistência escrava e o protagonismo do povo negro na luta por sua liberação. O documentário destaca o papel das mulheres negras na resistência: no cotidiano das cidades, eram as mulheres que lutavam pela abolição e esse registro histórico foi recuperado nos documentos públicos, como ocorrências policiais, ações de pedido de alforria, etc.

Cerca de 800 mil pessoas foram oficialmente “beneficiadas” pela Lei Áurea. Mas sem trabalho e cerceados em sua liberdade de todos os modos (curandeirismo, capoeira, mendicância eram considerados crimes, “vadiagem” era delito), negras e negros foram abandonados pelo Estado e continuavam presos ao seu destino.

A filósofa, escritora e ativista Sueli Carneiro, fundadora do Instituto da Mulher Negra, afirma no documentário que o abandono se constituiu em uma política de genocídio que impera até hoje. Ressalta que o mito da democracia racial no Brasil é uma falácia e uma ideologia que serviu para amortecer a realidade cruel imputada às negras e negros. Diz: “A branquitude sempre foi isso: o ideal é que sejamos uma democracia racial e enquanto vocês concordarem com isso ficaremos bem aqui.” E acrescenta: “Não há uma só questão da condição social que não passe por nós!”

O mito da democracia racial, sustentado pela branquitude nativa, revela o *racismo à brasileira* e índices demográficos confirmam essa realidade. Negras e negros representam 55% da população brasileira (IBGE, 2017), sendo identificados, além da cor, pela péssima condição de moradia, saúde e escolaridade que os acompanha. Convivem com um aparente amparo legal, como se tivessem os mesmos direitos de qualquer outro cidadão.

Não têm! O Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 2015 (IPEA/ ONU Mulheres/ MJ) mostra que as mulheres negras são as mais afetadas: chefiam 41% das famílias negras e recebem, em média, 58% da renda das mulheres brancas. Entre as mulheres executivas nas maiores empresas brasileiras, as negras representam 0,4% do total. O Atlas da Violência

2018 (IPEA/Fórum Brasileiro de Segurança Pública) traz outro número alarmante: o Brasil mata 71% mais mulheres negras do que brancas. Nos últimos 15 anos, o assassinato de brancas vem caindo e o de negras só cresceu.

As mulheres negras também são as maiores vítimas de violência doméstica (58,68% em 2015), violência obstétrica (65,4%) e mortalidade materna (53,6%), de acordo com Ministério da Saúde e Fiocruz. A CPI da esterilização criada no Congresso Nacional em 1991 constatou que mulheres negras eram esterilizadas forçadamente em serviços de saúde. Tinham seus corpos mutilados, à mercê da vontade do outro.

Podemos concluir que as políticas públicas de combate à violência contra mulheres atingem somente as brancas. Os dados mostram a invisibilidade da realidade das negras no discurso hegemônico, quando se defende que políticas públicas devem ser para todos, e até mesmo no movimento feminista, quando se universaliza a questão da desigualdade de mulheres em relação aos homens. É preciso nomear que mulheres negras estão num lugar de maior vulnerabilidade social do que “mulheres em geral”, para que suas realidades sejam reconhecidas (Ribeiro, 2017).

Djamila Ribeiro, filósofa e feminista negra, alerta para a exclusão das mulheres negras, quando de universaliza a questão da mulher, e a história tem mostrado que a invisibilidade mata. Exemplo: quando ouvimos que *mulheres ganham em média 30% a menos do que os homens no Brasil*, a informação é correta, mas revela um problema ético, segundo Djamila. Ela explica: “mulheres brancas ganham 30% a menos do que homens brancos. Homens negros ganham menos do que mulheres brancas e mulheres negras ganham menos do que todos” (Ribeiro, 2017, p. 40).

O que queremos com a discussão sobre “o lugar de fala” da mulher negra é apontar para o não-olhar, que nega não apenas a realidade objetiva, mas, sobretudo, a realidade subjetiva dessas mulheres. Numa ótica feminista, Simone de Beauvoir (1949) nomeou a categoria do *outro* em seu livro *O segundo sexo* (1949) para afirmar que a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem. O termo remete ao lugar de

objeto em que a mulher é situada pelo olhar do homem, na interpretação de Beauvoir. A escritora e artista Grada Kilomba, ativista no feminismo negro, aprofunda essa análise afirmando que as mulheres negras se encontram na categoria de o *outro do outro*, por serem nem brancas, nem homens (Ribeiro, 2017).

Mulheres negras vivenciam desse modo uma espécie de “carência dupla, a antítese da branquitude e da masculinidade”, como afirma Djamilia Ribeiro (2017). Ou seja, as mulheres brancas têm um status oscilante, pois são mulheres, mas são brancas; o mesmo ocorre com relação aos homens negros, pois são negros, mas homens. Nesta perspectiva, mulheres negras - que não são nem brancas, nem homens - teriam a função de *outro do outro*, e nunca de si mesmas.

### A imagem e as significações do corpo negro

Este lugar de *outro* do sujeito implica necessariamente pensar a dimensão significativa do corpo negro no sistema simbólico da cultura, portanto, na forma como se estrutura essa rede de significações. Trazemos a seguir algumas ideias:

Um corpo negro vai se constituir como uma marca de valores sociais. Nele, a sociedade fixa seus valores, expressa representações históricas que associam atributos morais e intelectuais a estas características físicas. Uma rede de significações atribui ao corpo negro algo indesejável, negativo, por contraste ao corpo branco. O paradigma é eurocêntrico, da brancura, enquanto lugar de identificação social, cabendo às demais cores de pele – principalmente à cor negra - o contraponto à cor branca. A cor negra ocupa o lugar do oposto, o *outro* da brancura.

Qual o efeito destas marcas socioculturais do racismo? De que maneira afetam a constituição subjetiva pela não elaboração do traumático social de uma história de racismo? Do ponto de vista psicanalítico, devemos nos perguntar sobre a dimensão do inconsciente em que o racismo se inscreve, para os brancos e para os negros.

Para investigar a dimensão psíquica da questão do racismo, Isildinha Nogueira (1998) recorre à concepção lacaniana da constituição do sujeito, que atribui à linguagem um lugar estruturante, com ênfase na metáfora do Nome-do-Pai: a falicidade. Esta é uma função idêntica no homem e na mulher, tendo o falo como significante, um objeto imaginário e originário na fantasia das crianças em torno da diferença de sexos. Esta diferença elaborada psiquicamente pela criança ocorre porque existe uma falta, enquanto consequência de uma castração.

Freud (1905), ao pensar a fase fálica no desenvolvimento psicosssexual infantil, enfatiza a descoberta da ausência orgânica – a genitália feminina é diferente da masculina – não se limitando a uma falta anatômica, mas como uma castração relativa à própria criança que passa a entender que *não pode tudo*. O lugar de falta, o falo como objeto imaginário, é colocado no lugar real da diferença.

Na perspectiva lacaniana, o *Eu* é uma construção imaginária a partir da qual o sujeito se objetiva para si mesmo. A criança se desprende da relação com a mãe (lembrando que em Lacan já está posta a contingência absoluta da função materna e função paterna com relação às pessoas que vão encarnar essas funções) e deixa de se perceber um só ser com essa, para então se perceber como um outro, um *Eu* em relação à mãe e aos outros. Isildinha recorre ao “estádio do espelho” lacaniano, em que o *Eu* só se constrói enquanto representação imaginária pelo outro e em relação ao outro. A criança se identifica com sua imagem especular pelo reconhecimento da mãe: é o olhar do outro que confirma uma integridade do seu corpo na imagem do espelho.

No entendimento da autora: se o sujeito se constitui pelo olhar do outro, como fica o negro que se confronta com o olhar do outro, que mostra reconhecer nele o significado que a pele negra traz como significante? (Nogueira, 2017).

Para pensarmos a posição do negro em relação a essas representações associadas ao corpo, temos que levar em conta a herança escravagista que atribuía a negras e negros o lugar “natural” de mão-de-obra escrava,



com condições de vida miseráveis, marcadas por ideias racistas: vindos de terras inférteis, sujeitos preguiçosos e afeitos à vagabundagem, com tendências ao alcoolismo e à marginalidade, vistos como resultado de uma inferioridade racial e potencialmente selvagens.

Na medida em que o negro é atravessado pelas representações depreciativas em relação ao corpo negro, quais as implicações na construção da imagem desse corpo? Françoise Dolto (1984) propõe que a imagem corporal é uma imagem única, inconsciente e sustentada no narcisismo. Uma construção imaginária, específica para cada sujeito e ligada à sua história. Diferentemente do esquema corporal, que é a condição de representante da espécie do indivíduo; em geral, o mesmo para todos.

Nesse sentido, Isildinha Nogueira (1998) indaga até que ponto seria possível, para o negro, a construção de uma imagem do corpo em que a condição genérica estaria preservada. Diz ela: “Aquilo que por herança nos daria um sentimento de humanidade e pertencimento fica abalado quando muitos negros rejeitam sua conformação física e se tornam desejan-tes de características físicas que os aproximam ‘do branco’, que os humanizem” (p.78).

Não é raro negros passarem por cirurgias plásticas para realizarem modificações em seu corpo (p. ex., afinarem o nariz) e mães negras interferirem nas características físicas dos filhos para que não cresçam com narizes chatos ou nádegas volumosas. O corpo que deveria trazer um sentimento de humanidade é retaliado pela cor da pele, pelos tipos de cabelo, pelas formas que não correspondem ao ideal de branquura.

#### A invisibilidade da mulher negra e o lugar de fala

Retomando nosso ponto de origem, as marcas psíquicas da realidade sociocultural do racismo e as significações do corpo negro na psique afetam a própria constituição subjetiva das mulheres negras, duplamente marcadas pela falta, a antítese da branquitude e da masculinidade. Lugar de sujeito duplamente negado – nem brancas, nem homens, resta-lhes o lugar

de *outro do outro* e a invisibilidade a que historicamente foram submetidas.

Para a escritora Grada Kilomba (2012), professora do Departamento de Estudos de Gênero da Humboldt Universität, em Berlim, as mulheres negras foram colocadas nesta condição em vários discursos que deturpam nossa realidade: um debate sobre o racismo onde o sujeito é o homem negro; um discurso de gênero onde o sujeito é a mulher branca; e um discurso sobre a classe onde “raça” não tem lugar. Portanto, as mulheres negras habitariam um espaço vazio, de invisibilidade.

A partir daí, pensar no lugar de fala é pensar no lugar social (nas condições socioculturais) que as mulheres negras ocupam. O lugar de fala pode servir de contraponto às pessoas que sofrem preconceito racial para falarem por si, reivindicarem seu espaço como protagonistas de sua própria luta. A mulher negra pode falar de seu lugar como mulher e como negra, não apenas a partir de suas vivências individuais, mas de um lugar no qual historicamente indivíduos não tiveram direito à fala e à humanidade.

O termo ‘lugar de fala’ surgiu dos movimentos feministas americanos dos anos 1980 e popularizou-se nos debates na internet. A filósofa paname-nha Linda Alcoff (2008), autora de “O problema de falar pelos outros”, nos ajuda a compreendê-lo: “Quem está falando com quem acaba sendo tão importante para o significado e a verdade quanto o que é dito; na verdade, o que é dito acaba mudando, de acordo com quem está falando e quem está ouvindo.” (p. 7).

O ponto de vista feminista busca explicar o lugar de fala como a localização dos grupos nas relações de poder – considerando elementos da estrutura social como raça, gênero, classe e sexualidade (ou seja, o lugar social que esses grupos ocupam) – restringe oportunidades e favorece as desigualdades (Ribeiro, 2017).

Uma mulher negra vai ter experiências distintas de uma mulher branca em função de sua localização social. A discussão que se coloca à psicanálise é incluir a reflexão de que se trata de uma questão estrutural, atravessada pela “localização” social e cultural dessas mulheres, e não a reduzir exclusivamente à experiência individual. Seria manter uma visão

binocular (Bion) da experiência íntima do sujeito, suas vivências como indivíduo, e da experiência como ser que sofre a opressão racista por pertencer ao lugar social ocupado por grupos oprimidos (*mulher e negra*).

O equívoco de se analisar o lugar de fala a partir de indivíduos, em detrimento à reflexão de que indivíduos pertencentes a determinados grupos, partilham experiências similares, é bem exemplificado por Djamila Ribeiro (2017): o fato de que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil (Mapa da Violência 2017/ONU) mostra que indivíduos negros compartilham experiências de violência estatal por pertencerem ao grupo negro, pelo lugar social que ocupam, e não especificamente pelas suas condições individuais.

Um exemplo, sem dúvida, vivenciado por muitos psicanalistas são as produções intelectuais e saberes de grupos cujo lugar social é tratado de forma subalterna, dificultando a visibilidade e a legitimidade dessas produções. Quantas professoras/es negros tivemos, quantas autoras/es negros lemos durante a graduação? Em nossa prática psicanalítica, quantas pessoas negras já se deitaram em nossos divãs ou frequentaram nossos consultórios? Quantos colegas negros e negras contamos em nossa formação psicanalítica?

De qual lugar o analista fala e escuta?

A psicanalista Maria Lúcia da Silva, especialista em trabalhos em grupo com recorte de gênero e raça e coordenadora geral da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os), afirma que na psicanálise não há um reconhecimento de que o racismo produz sofrimento psíquico.

Em entrevista a Luciana Console, em 31 de julho de 2017, publicada no site *Brasil de Fato*, Maria Lúcia comenta: quando uma pessoa negra, em um consultório de um psicanalista branco, traz o tema do racismo e de seu sofrimento, esse tema não é reconhecido, nem tratado como merece sê-lo. Segundo ela, muitas vezes o psicanalista vai tratar esse tema de forma superficial e chega a dizer ao sujeito: *olha, isso não existe mais, isso*

*é da sua cabeça, é sentimento de perseguição.* É essa a realidade – afirma a psicanalista – que pessoas negras vivem no cotidiano.

Isildinha Nogueira (2017), ao discutir os sentidos que a cor negra e o corpo negro imprimem no inconsciente, parte de sua experiência clínica como psicanalista negra, atenta às questões que atravessam a relação analítica da dupla paciente/analista negros e que se presentificam em seu corpo negro. Afirma que, “no limite, permanece o medo de romper a tênue linha da sensibilidade humana e se expor como personagem de seu drama pessoal” (p. 125).

Nós, psicanalistas, falamos e escutamos de qual lugar? Do lugar de uma branquitude? De uma negritude? Existe um lugar de neutralidade? Aquele que escuta pode ser empático ao outro, mas não pode sentir a experiência de quem sofre o preconceito, sofrimento encarnado no próprio corpo. Essa dor de quem vive na própria pele o preconceito é de ordem narcísica, vive um rasgo na própria alma. O analista que não viveu as dores do racismo pode não compreender essas dores e não dar a elas a atenção necessária. É preciso reconhecer a existência do racismo estrutural, naturalizado, na dimensão de nosso próprio inconsciente.

Nascida em Viena, portanto, eurocentrada, a psicanálise que realizamos leva em contas as questões raciais que predominam em nosso modo de ser e estar no Brasil?

Considerando a *verdade em psicanálise* como aquilo que Freud buscou alcançar no tratamento psicanalítico como condição necessária para a mudança psíquica, a psicanálise deve considerar o sujeito de modo a favorecer que lhe seja possível nomear seu sofrimento oriundo de sua conformação a um discurso hegemônico, cujas significações o excluem.

O lugar de fala e de escuta do/a psicanalista, para corresponder à verdade em psicanálise, deve levar em conta os fatores identitários do/a paciente negro/a: sua história, sua cultura, seu grupo, sua singularidade (Silva, 2017). Em nossa opinião, a escuta do analista implica não “universalizar” o sujeito do inconsciente, mas considerar um sujeito atravessado pela sua experiência em sua localização social, como descrevemos acima.

Ou seja, um sujeito em sua singularidade, constituído a partir de suas experiências subjetivas referentes à raça, classe, gênero e sexualidade.

Ao considerar os diferentes lugares ocupados no laço social, numa perspectiva de elucidar o sofrimento do sujeito, a psicanalista Miriam Debieux Rosa (2016) propõe uma *abordagem psicanalítica implicada clínico-política*, que permite detectar, sinalizar e intervir nas formas sutis de preconceitos – de classe, de raça ou de gênero – presentes nos mecanismos institucionais que desvinculam os indivíduos de sua história pessoal, familiar, social e política (p. 196).

É preciso levar em consideração, na clínica, as questões raciais trazidas pelos pacientes. Nossa primeira referência é Virgínia Leone Bicudo (1910-2003). Mulher, negra, neta de escrava alforriada, primeira mulher a fazer análise na América Latina, primeira psicanalista não-médica no Brasil, primeira a escrever uma tese sobre relações raciais, disseminou o saber psicanalítico no País, mas seu protagonismo e sua história permanece invisível para muitos. Vamos dar palavra à própria Virgínia:

“Eu me interessei muito cedo por esse lado social. Não foi por acaso que procurei psicanálise e sociologia. Veja bem o que fiz: eu fui buscar defesas científicas para o íntimo, o psíquico, para conciliar a pessoa de dentro com a de fora. Fui procurar na sociologia a explicação para questões de status social. E, na psicanálise, proteção para a expectativa de rejeição. Essa é a história”, diz Virgínia, em entrevista à jornalista Ana Verônica Mautner (Folha de S. Paulo), em 2000.

No seu estudo da questão racial, Virgínia fez uma leitura não só psicanalítica, mas também antropológica e sociopolítica. Entrevistou 31 pessoas e mostrou que, mesmo quando diminuem as diferenças sociais, o preconceito da cor permanece e adocece o sujeito (Braga, 2018). Um adoecer psíquico mais eficiente do que o próprio preconceito e a discriminação.

---

## PSYCHOANALYSIS AS A PLACE OF SPEECH AND THE PSYCHIC CONDITION OF THE BRAZILIAN BLACK WOMAN

**ABSTRACT:** This article proposes to think, in the psychoanalytic context, the speaking place of Brazilian black women, against the background of the invisibility to which these women were historically subjected by a dominant slave system that prevented them from being recognized as subjects. The authors discuss the psychic implications of racism in the construction of the subjectivity of these women, reflecting on the meanings of the black body and the impact of the double negation of the black woman as a subject - neither white nor man -, which places her in the place of the other on the other, a term suggested by Kilomba (2012). They consider that psychoanalysis must take into account the impact of the social location (which includes elements of the social structure) of the black woman on the subjective processes, since the subject of psychoanalysis is a being of culture, inscribed in a historical period and in a society. We psychoanalysts, we speak of which place? From the place of whiteness, of blackness? Born in Vienna, therefore, euro centric, does the psychoanalysis we carry take into account the racial issues that predominate in our way of being and being in Brazil? The authors propose that the psychoanalyst's place of speech and listening implies not to "universalize" the subject of the unconscious, but to consider a subject crossed by his experience in his social locus, that is, constituted from his subjective experiences regarding the race, class, gender and sexuality.

**KEYWORDS:** black body, woman, racism, subjectivity.

## EL PSICOANÁLISIS COMO LUGAR DE DISCURSO Y LA CONDICIÓN PSÍQUICA DE LA MUJER NEGRA BRASILEÑA

**RESUMEN:** Este artículo propone pensar, en el contexto psicoanalítico, el lugar de habla de la mujer negra brasileña, teniendo como telón de fondo la invisibilidad a que esas mujeres fueron sometidas históricamente por un sistema esclavista dominante que las impidió de ser reconocidas como sujetos. Las autoras discuten las implicaciones psíquicas del racismo en la construcción de la subjetividad de esas mujeres, reflexionando sobre las significaciones del cuerpo negro y el impacto de la doble negación de la mujer negra como sujeto - ni blanca, ni hombre -, lo que la coloca en el lugar del otro del otro, término sugerido por Kilomba (2012). El psicoanálisis debe tener en cuenta el impacto de la ubicación social (que incluye elementos de la estructura social) de la mujer negra sobre los procesos subjetivos, pues el sujeto del psicoanálisis es un ser de cultura, inscrito en un período histórico y en una sociedad. ¿Nosotros, psicoanalistas, hablamos de qué lugar? ¿Del lugar de una branquitud, de una negritud? Nacida en Viena, por lo tanto, eurocentrada, el psicoanálisis que realizamos lleva en cuenta las cuestiones raciales que predominan en nuestro modo de ser y estar en Brasil? Las autoras proponen que el lugar de habla y de escucha del psicoanalista implica no "universalizar" al sujeto del inconsciente, sino considerar a un sujeto atravesado por su experiencia en su locus social, o sea, constituido a partir de sus experiencias subjetivas referentes a la raza, clase, género y sexualidad.

**PALABRAS-CLAVE:** cuerpo negro, mujer, racismo, subjetividad.

---

## Referências

- Alcoff, L. (2008). The problem of speaking for others. Texto original publicado em Cultural Critique (Winter 1991-92), pp. 5-32. Acessado em novembro/2018 em: <http://alcoff.com/content/speaothers.html>
- Beauvoir, S. (1949). *O segundo sexo: a experiência vivida*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- Braga, A. (2018). Pelas trilhas de Virgínia Bicudo: psicanálise e relações raciais em São Paulo. *Revista Lacuna*, São Paulo. Disponível em: <http://psicanalisedemocracia.com.br/2018/01/>
- Dolto, F. (1992). *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva.
- Freud, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In P. C. Souza, *Obras completas, vol. 4*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1921). Psicologia das massas e análise do Eu. In P. C. Souza, *Obras completas, vol. 15*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kilomba, G. (2012). *Plantation Memories: Episodes of everyday racism*. Münster: Unrast Verlag.
- Lacan, J. (1978). *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. O Seminário, Livro II. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- Mautner, A. V. (2000). Fui buscar defesas para o íntimo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Folha Ilustrada, p. 6. Acessado em novembro/2018 em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200018.htm>
- Nogueira, I. B. (1998). *Significações do corpo negro*. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Universidade de São Paulo. Acessado em novembro/2018 em: <http://www.ammapsique.org.br/baixecorpo-negro.pdf>
- Nogueira, I. B. (2017). Cor e inconsciente. In N. Kon, M. Silva & C. Abud (Orgs.), *Racismo e o negro no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte: Letramento, Justificando.
- Silva, M. L. (2017). Racismo no Brasil: questões para psicanalistas brasileiros. In N. Kon, M. Silva & C. Abud (Orgs.), *Racismo e o negro no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.